

EDUCAÇÃO NO BRASIL II

Retorna-se com questões extremamente relevantes, que certamente contribuirão para que você se mantenha atualizado e atento aos temas ligados à educação no Brasil. As questões apresentadas foram elaboradas com base em provas de nível mais complexo, como as aplicadas pelo Legislativo, abordando aspectos da realidade brasileira.

Entre os temas tratados, destaca-se a Lei de Cotas, sobre a qual há muita desinformação. É importante esclarecer que não se trata das cotas aplicadas em concursos públicos, recentemente alteradas para 30%, mas sim das cotas voltadas às universidades federais.



DIRETO DO CONCURSO

01. (PROVA: AMEOSC/2023/PREFEITURA DE DESCANSO-SC/AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL) “A Câmara dos Deputados aprovou, em votação simbólica, nesta quarta-feira (9) o projeto que atualiza a Lei de Cotas. A proposta vai ao Senado.”

Acesso em: <https://g1.globo.com/politica>

Dentre as atualização proposta na Lei está:

- a) inclusão de quilombolas na reserva de vagas.
- b) a avaliação do programa a cada 20 anos, com ciclos anuais de monitoramento.
- c) políticas de redução de cotas em programas de pós-graduação de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência.
- d) o aumento da renda per capita familiar máxima do candidato às cotas.



Esse fato ocorreu em 2023.

Em 2012, durante o governo Dilma, foi aprovada a Lei de Cotas. A lei estabelece que ela própria deve ser atualizada a cada dez anos. Assim, em 2022, caberia ao Congresso realizar essa atualização, o que não ocorreu. O Congresso Nacional atrasou o processo e, somente em 2023, após pressão do Supremo Tribunal Federal, a atualização foi efetivada. Observa-se o descaso do Congresso em relação à atualização da Lei de Cotas, pois, se não houvesse pressão, talvez até o momento a lei não tivesse sido revisada.

Com onze anos de vigência, a atualização trouxe algumas alterações. A primeira delas foi a inclusão dos quilombolas entre os beneficiários das cotas. Assim, não apenas indígenas, negros e pessoas com deficiência passam a ser contemplados, mas também os quilombolas. A partir de 2024, em decorrência da atualização ocorrida em 2023, passam a existir cotas para quilombolas.

Para ilustrar o funcionamento, suponha-se a existência de 100 vagas para o curso de Direito. Nas universidades federais, 50% das vagas destinam-se a alunos oriundos de escolas públicas ou que cursaram o ensino médio em escola privada com bolsa integral de 100%. As demais 50 vagas destinam-se à ampla concorrência, ou seja, aos estudantes de escolas particulares sem bolsa. O primeiro critério adotado, portanto, é o socioeconômico.

Dentro das 50 vagas reservadas às cotas, utiliza-se a última atualização do IBGE referente à composição étnica do estado. Por exemplo, se na Bahia 60% da população se declara preta, então 60% das vagas destinadas às cotas serão para alunos pretos. Assim, o primeiro critério é o socioeconômico e, posteriormente, aplica-se o critério racial. O critério inicial que diferencia os candidatos é a origem escolar: se de escola pública ou de escola privada com bolsa integral, ou de escola privada sem bolsa.



- a) A principal foi a inclusão dos quilombolas na reserva de vagas.
- b) À avaliação do programa, deve ocorrer a cada dez anos, e não a cada vinte. Conforme estabelecido, a Lei de Cotas deve ser atualizada de dez em dez anos.
- c) A lei passou a prever a destinação de cotas para programas de pós-graduação voltados a pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, afastando a ideia de redução dessas cotas. A legislação atual determina que se mantenha o empenho em garantir a reserva de vagas também na pós-graduação.
- d) Na verdade ocorreu uma diminuição da renda. Antes, o limite era de um salário mínimo e meio; agora, foi reduzido para um salário mínimo. Considerando novamente o exemplo de 100 vagas, das quais 50% são reservadas às cotas, dentro dessas 50 vagas, metade será destinada a candidatos com renda de até um salário mínimo per capita e a outra metade para candidatos com renda superior a um salário mínimo.

Dessa forma, houve duas alterações significativas: a primeira foi a inclusão dos quilombolas entre os beneficiários; a segunda foi a divisão das cotas com base na renda per capita, priorizando aqueles provenientes de famílias com renda de até um salário mínimo por pessoa.

02. (CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA/FGV 2024) A Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 instituiu a ação afirmativa de reserva de vagas em instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação. Sobre as políticas afirmativas prevista, assinale a afirmativa correta.

- a) A mencionada política pública adota exclusivamente o critério racial para destinar as vagas reservadas.
- b) O programa especial para o acesso às instituições de educação superior é temporário, pois possui prazo extintivo em 10 (dez) anos.

- c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da política de reserva de vagas, tendo em vista a afronta ao princípio da igualdade.
- d) As comissões de heteroidentificação se afiguram como tribunais raciais, reproduzindo práticas racistas, que reforçam estereótipos raciais.
- e) A legislação foi alterada pela Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023, com a inclusão de quilombolas como beneficiários da ação afirmativa.



- a) Não adota exclusivamente o critério racial; utiliza também o critério socioeconômico. No primeiro momento, as cotas são destinadas para alunos que vieram de escola pública ou privada com por cento bolsista.
- b) Não há extinção em dez anos. É temporário, mas o objetivo é ser um programa reparador, uma ação afirmativa temporária, e não que será extinta em dez anos. A cada dez anos, será atualizada.
- c) É desigual, mas para garantir uma equidade, tratando os iguais de maneira igualitária e os desiguais de maneira desigual.
- e) A legislação foi alterada em novembro de 2023 e agora houve a inclusão dos quilombolas, que passam a ser beneficiários.



03. (PROVA: AMEOSC/2025/CÂMARA DE GUARUJÁ DO SUL-SC/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS)

Em maio de 2025, o presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, assinaram o Decreto n. 12.456/2025, que institui a Nova Política de EaD. Entre várias mudanças, o decreto vedou a oferta de cursos de Medicina, Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia na modalidade a distância, reforçando a exigência de que esses cursos sejam exclusivamente presenciais.

Considerando essa nova regulamentação, qual das alternativas abaixo está correta?

- a) Todos os cursos poderão usar até 70% da carga horária em EaD desde que ofereçam provas presenciais.
- b) Cursos de licenciatura não poderão ser ofertados totalmente a distância, apenas nos formatos presencial ou semipresencial.
- c) A nova política permite que cursos de Psicologia e Enfermagem incluam até 30% da carga horária em EaD.
- d) Os cursos de licenciatura poderão continuar sendo oferecidos integralmente a distância sem restrições.



a) Não são todos os cursos.

c) O decreto estabelece que esses cursos não podem ter carga horária à distância.

Há preocupação com a grande quantidade de pedagogos e licenciados formados na modalidade à distância, uma vez que o número de matriculados nesses cursos superou, na licenciatura e na pedagogia, o número de estudantes dos cursos presenciais. Ressalta-se que a educação é uma área de grande importância e que a modalidade à distância, embora válida, ainda exige avanços significativos, sobretudo na melhoria da conectividade e da infraestrutura das instituições para que possam oferecer condições adequadas aos estudantes.

04. (PROVA: INSTITUTO CONSULPLAN/2024/PREFEITURA DE POUSO ALEGRE-MG/FISCAL AEROPORTUÁRIO “Programa Pé-de-Meia” é bem recebido por estudantes e sociedade civil. Avaliação geral é que o ensino médio precisa de mais incentivos.

Organizações da sociedade civil, secretários de educação e estudantes acreditam que o “Programa Pé-de-Meia”, do governo federal, irá combater a alta evasão escolar no ensino médio, por estudantes que abandonam os estudos, sobretudo para trabalhar. O “Programa Pé-de-Meia” é uma espécie de poupança que o governo federal abrirá para os estudantes de baixa renda que cursarem o ensino médio.

O Programa Social Pé-de-Meia, criado recentemente pelo governo federal, tem como objetivo incentivar a permanência de estudantes no ensino médio, combatendo a evasão escolar. São considerados critérios para participar do programa:

I – Estar regularmente matriculado no ensino médio das redes públicas ou privadas.

II – Ter entre quatorze e vinte e quatro anos.

III – Ser integrante de família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.



Entre os critérios para participação no programa estão: estar regularmente matriculado no ensino médio das escolas públicas, ter entre 14 e 24 anos, faixa etária que abrange



15m

também estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e pertencer a família inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) e beneficiária de programas sociais do governo federal.

05. (PROVAS: EDUCA/2024/PREFEITURA DE ALHANDRA-PB/PROCURADOR MUNICIPAL) A respeito do Programa Pé-de-Meia do Governo Federal, analise as alternativas e assinale a INCORRETA:

- a) É um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no Ensino Fundamental público beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Ele funciona como uma poupança destinada a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino.
- b) Seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de promover a inclusão educacional e estimular a mobilidade social.
- c) Ao comprovar matrícula e frequência, o estudante recebe o pagamento de incentivo mensal de R\$ 200, que pode ser sacado em qualquer momento.
- d) O beneficiário do Pé-de-Meia ainda recebe R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no ensino médio.
- e) Considerando as parcelas de incentivo, os depósitos anuais e o adicional de R\$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores chegam a R\$ 9.200 por aluno.



- a) Se destina ao ensino médio.

06. (PROVA: IFTO/IFTO/ASSISTENTE SOCIAL/2024) O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público, beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais instituído pela Lei n. 14.818 em 16 de janeiro de 2024 e implementado pelo Governo Federal (MEC, 2024).

Sobre esse programa é incorreto afirmar:

- a) O seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de promover a inclusão educacional e estimular a mobilidade social.
- b) É destinado prioritariamente aos estudantes do Ensino Médio das Escolas Públicas Municipais, Distrital e Estaduais.
- c) Funciona como uma poupança destinada a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes no ensino médio.
- d) A educação Jovens e Adultos também fazem parte do programa.

e) No final do programa os valores podem chegar até R\$ 9.200 (nove mil e duzentos reais) por aluno.



b) O governo municipal não pode oferecer educação de nível médio.

07. (CESGRANRIO/2024/SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (CNU)//BLOCO TEMÁTICO 5/EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS) Foi regulamentado recentemente pelo Governo Federal, diante das altas taxas de evasão no ensino médio, o Programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, a estudantes dessa etapa da escolarização denominado Pé-de-Meia. O objetivo desse Programa é garantir a permanência na escola dos estudantes matriculados no ensino médio público. Serão priorizados, nesta primeira fase do Programa, estudantes cuja família seja beneficiária do Programa Bolsa Família e cadastrada no Cadastro Único.

Esse Programa, do ponto de vista das tipologias das políticas públicas, se caracteriza como uma política

- a) . regulatória
- b) . compensatória
- c) . emancipatória
- d) . redistributiva
- e) . Distributiva



Esse programa, do ponto de vista da tipologia das políticas públicas, é uma política redistributiva. Bolsa Família e Pé de Meia são políticas redistributivas, pois tiram da população para dar a um determinado grupo. Distributiva é escola pública, é hospital público, é para todo mundo. Já a redistributiva tira da maioria para ajudar os mais pobres, sendo também chamada de política pública residual. Ela é redistributiva e voltada para os mais pobres..



20m

GABARITO

01. a**02. e****03. b****04. d****05. a****06. b****07. d**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Rebecca Caroline Rocha de Souza Guimarães.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
